



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSAGEIROS, TIPO MINIVAN, SUV (Sport Utility Vehicle) ou Crossover de porte equivalente, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 7 (SETE) OCUPANTES, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2023 OU SUPERIOR, em perfeitas condições de uso, com documentação (CRLV, IPVA, DPVAT, Licenciamento) totalmente regularizada em nome da Contratada. O veículo deverá possuir motorização de no mínimo 1.8L ou superior, Transmissão Automática Sequencial (preferencialmente) ou Mecânica de 6 marchas, Ar-Condicionado (com saída traseira ou zona dupla para conforto de todos os ocupantes), direção assistida, Airbags frontais e laterais, Freios ABS com EBD, e Controle Eletrônico de Estabilidade (ESP/ESC). O serviço deverá incluir MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (cobrindo todas as peças, pneus, revisões e mão de obra), SEGURO TOTAL (Compreensiva) com cobertura para terceiros (RCF-D) em valor mínimo de R\$ 150.000,00, GUINCHO/ASSISTÊNCIA 24 HORAS em todo o território nacional, garantia de VEÍCULO RESERVA de porte e características iguais ou superiores em até 24 horas em caso de imobilização e será contratado sob a modalidade de QUILOMETRAGEM LIVRE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unidade de medida	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR DE PASSAGEIROS, TIPO MINIVAN, SUV (Sport Utility Vehicle) ou Crossover de porte equivalente, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 7 (SETE) OCUPANTES, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2023 OU SUPERIOR, em perfeitas condições de uso, com documentação (CRLV,	Serv.	1	R\$ 3.390,95	R\$ 40.691,40



	IPVA, DPVAT, Licenciamento) totalmente regularizada em nome da Contratada. O veículo deverá possuir motorização de no mínimo 1.8L ou superior, Transmissão Automática Sequencial (preferencialmente) ou Mecânica de 6 marchas, Ar-Condicionado (com saída traseira ou zona dupla para conforto de todos os ocupantes), direção assistida, Airbags frontais e laterais, Freios ABS com EBD, e Controle Eletrônico de Estabilidade (ESP/ESC). O serviço deverá incluir MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (cobrindo todas as peças, pneus, revisões e mão de obra), SEGURO TOTAL (Compreensiva) com cobertura para terceiros (RCF-D) em valor mínimo de R\$ 150.000,00, GUINCHO/ASSISTÊNCIA 24 HORAS em todo o território nacional, garantia de VEÍCULO RESERVA de porte e características iguais ou superiores em até 24 horas em caso de imobilização e será contratado sob a modalidade de QUILOMETRAGEM LIVRE				
--	--	--	--	--	--

1.2. O (s) serviço (s) desta contratação são caracterizados como comum (ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. Admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.2.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.2.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A quilometragem deverá ser livre, ou seja, sem qualquer tipo de limitação preestabelecida, observados os detalhes técnicos e operacionais, especificações e condições constantes deste Termo de Referência;

5.1.2. O veículo deverá ser disponibilizado com o Certificado de Registro do Veículo (CRLV), e estar em perfeitas condições de uso e apresentação, nas características originais de fábrica e com os equipamentos obrigatórios, exigidos pela legislação de trânsito;



5.1.3. O veículo deverá ser mantido com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;

5.1.4. O veículo deverá possuir seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, e responsabilidade civil e cobertura de terceiros, sem limite de cobertura, atendendo a necessidade demandada de qualquer ocorrência. Salvo a culpabilidade do condutor, que estiver fora das condições exigidas para a condução do veículo;

5.1.5. O veículo deverá ser disponibilizado com o tanque cheio e, considerando que não está previsto o fornecimento de combustível, deverá ser devolvido na mesma condição;

5.1.6. O veículo deverá ser acompanhado de 1 (um) Gerador, de pelo menos 8 KVA, considerando que permanecerá parado durante o atendimento;

5.1.7. A execução dos serviços será realizada de acordo com a demanda estipulada pela Contratante, por meio de ordem de serviço, com os respectivos quantitativos, prazo de execução, datas, horários e local da entrega do objeto e demais condições necessárias, em decorrência da dimensão e complexidade da ação pretendida;

5.1.8. A Contratada deverá realizar os levantamentos necessários de todos os itens e quantitativos indispensáveis à montagem tempestiva do veículo e prestação do serviço;

5.1.9. A Contratante efetuará a conferência do material produzido para comprovar a fiel e correta execução dos serviços;

5.1.10. A Contratada ficará à disposição da Administração Pública para eventuais atendimentos de emergência;

5.1.11. As despesas referentes à aquisição, manutenção e fornecimento de equipamentos e todos os materiais e/ou produtos a serem utilizados nos serviços, correrão por conta da Contratada e deverão ser de primeira qualidade;

5.1.12. A Contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante, referentes aos serviços prestados;

5.1.13. A contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, dos serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



- 5.2. Os prazos de montagem e entrega admitem prorrogação, mantidas as demais obrigações, desde que ocorra algum motivo devidamente justificado;
- 5.3. Toda prorrogação de prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Superior, devendo a solicitação ser encaminhada à Contratante até 2 (dois) dias antes do vencimento do prazo de entrega estipulado e ainda na vigência contratual;
- 5.4. O veículo será requisitado por servidor/representante da Contratante previamente autorizado para esse fim, mediante comunicação oficial, utilização de aplicativo ou de website na Internet fornecido pela Contratada, ou ainda através de ligação telefônica para esta;
- 5.5. Na ocasião da requisição serão fornecidos todos os dados do (s) condutor (es), que deverá (ão) ser servidores da Contratante, ou outras pessoas devidamente autorizadas;
- 5.6. Deverá ser permitida locação para condutor com qualquer tempo de habilitação, desde que com habilitação válida;
- 5.7. Deverá ser permitida locação do veículo para utilização de mais de um condutor, todos devidamente identificados na ocasião da requisição;
- 5.8. A Contratante não efetuará qualquer espécie de adaptação ou modificação no veículo, bem como não entregará as chaves e/ou posse do automóvel a outrem, sem que haja expressa autorização da Contratada;
- 5.9. Para a efetivação da locação, a Locadora deverá dispor de veículo com as especificações citadas no Item 3 – Tabela I, a “pronta entrega”, não sendo cabível, por parte da Contratante, a exigência de marca ou modelo;
- 5.10. Não havendo disponibilidade de veículo conforme as especificações, a Locadora deverá dispor de veículo similar ou superior, sendo que em qualquer das hipóteses, não haverá custo adicional para a Contratante;
- 5.11. O veículo deverá ser devolvido nas mesmas condições em que for retirado (exceto quanto à limpeza, pois não deverá ser exigida a entrega do veículo lavado). Nesse sentido, o veículo será objeto de vistoria, tanto na retirada quanto na devolução à Locadora, devendo ser anotado em documento fornecido pela Locadora, todas as observações sobre seu estado, antes e depois do uso;



- 5.12. Um veículo retirado em uma unidade da Locadora poderá ser entregue em qualquer outra unidade da Locadora, sem custo adicional;
- 5.13. O tempo de locação do veículo terminará com a sua entrega em qualquer uma das unidades de atendimento da Locadora;
- 5.14. O veículo será utilizado para atendimento das necessidades da Contratante, podendo rodar em qualquer área do município e adjacências;
- 5.15. A Locadora deverá entregar o veículo com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima (tanque cheio), sendo esta a única ocasião de abastecimento de responsabilidade da Locadora; os demais abastecimentos serão de responsabilidade da Contratante;
- 5.16. Quando o veículo não for devolvido com o tanque cheio, a Contratada deverá fazer constar essa situação no documento da vistoria de devolução e posteriormente deverá incluir na fatura, como um reembolso de despesas, o valor relativo ao combustível necessário para completar o tanque, em preço compatível com a prática do mercado local;
- 5.17. O veículo deverá ser entregue à Contratante em plenas condições de uso, com todos os seus componentes em perfeito funcionamento, de forma a evitar interrupção do uso por ocasião de pane;
- 5.18. Em caso de pane no veículo locado, devido a desgaste natural por uso regular, considerando a complexidade do objeto e as condições de disponibilização, dar-se-á por encerrado o Contrato, sem ônus para as partes;
- 5.19. Caso, na ocasião da pane, o veículo se encontre fora da região de abrangência da Contratada de forma a dificultar a substituição rápida, a substituição será feita mediante avaliação das condições de forma conjunta entre as partes. Na falta de consenso, a Contratada deverá arcar com os danos sofridos pela Contratante;
- 5.20. Será de responsabilidade da Contratada as despesas relativas a reboque e guincho em caso de pane mecânica ocorrida com o veículo locado por desgaste natural em uso regular;



- 5.21. A Locadora deverá comunicar a Contratante, de forma célere e dentro de prazo legal para interposição de recurso, toda e qualquer notificação de infração de trânsito eventualmente atribuída a veículo da Locadora durante o período em que estava locado à Contratante;
- 5.22. Diante do comunicado de que houve notificação de infração, a contratante informará à Locadora o nome do condutor responsável. Caso tal procedimento não seja adotado, a identificação será feita de acordo com o nome daquele que procedeu à retirada do veículo na Locadora;
- 5.23. É de responsabilidade da Contratante toda e qualquer infração de trânsito cometida durante o período de locação, tanto no que diz respeito à interposição de recurso, quanto no que tange ao pagamento da multa;
- 5.24. A Contratante recorrerá, a seu critério e às suas expensas, das multas de trânsito junto ao órgão competente, antes do pagamento da multa. Nesse caso, deverá comprovar à Contratada a interposição do recurso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após seu protocolo;
- 5.25. Nos casos em que não for interposto recurso à notificação de infração, ou sendo o recurso indeferido, a Contratada deverá efetuar o pagamento da multa dentro do prazo estabelecido, de forma a obter os descontos máximos descritos em lei, e depois fará a cobrança junto à Contratante através da apresentação de fatura com o comprovante de pagamento da multa;
- 5.26. O veículo locado deverá estar com todos os tributos devidamente pagos. No caso de apreensão/retenção de veículo em decorrência de pendências de tributos, a Contratada se responsabilizará pelos danos causados à Contratante;
- 5.27. Não será exigido seguro do veículo, dada sua inviabilidade, em razão da adaptação sofrida pelo automóvel;
- 5.28. Na eventual ocorrência de sinistro com veículo da Locadora em uso pela Contratada, será de responsabilidade desta providenciar o Boletim de Ocorrência Policial ou o Laudo Pericial (em caso de vítimas) e comunicar o fato à Locadora, para que esta providencie os devidos encaminhamentos junto à Seguradora. Caso a Locadora possua procedimento específico para esses casos, deverá orientar a Contratada na ocasião da celebração do contrato, para regulamentar o procedimento;



5.29. Nesse caso, o encerramento da locação se dará com a entrega do Boletim de Ocorrência à Locadora, independentemente da data e hora da ocorrência do fato;

5.30. Caberá a participação ou o pagamento total da franquia por parte da Contratante nos casos em que o motorista indicado por esta seja responsável por avarias ao veículo locado. Na ocorrência de pequenas avarias, com valor abaixo do limite da franquia, a Locadora efetuará a cobrança por evento, apresentando fatura com comprovantes de pesquisa de preços e a nota fiscal da oficina que realizou o serviço.

5.30.1. O prazo de garantia contratual é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, caput da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O gestor e fiscal(is) do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o disposto no art. 18 e 20 do Decreto Municipal nº 3635/2023.

6.8. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato.

6.9. A fiscalização técnica do contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato.

6.10. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato tem o dever de confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato.

6.13. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, bem como comunicar, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.15. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento



e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21. O gestor e fiscais (técnicos e/ou administrativo) do contrato deverão conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o Projeto Básico ou Termo de Referência, certificando-se de que a contratada está cumprindo todas as obrigações assumidas.



7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo padrão disponibilizado, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços

7.2. Do recebimento

7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme o Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3. Os fiscais do contrato realizarão o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



7.2.7. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- c. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- d. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.9. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.2.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Da liquidação e pagamento



7.3.1. Os processos de pagamento ocorrerão na forma prevista procedimento específico.

7.3.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do processo de pagamento no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Magé, localizado na Praça Doutor Nilo Peçanha, S/N, Centro, Magé – RJ, das 09:00h às 17:00h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, que deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Decreto Municipal Nº 3642/2023, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3.3. Os processos de pagamento serão iniciados com a requisição de pagamento, isenta de erros, no protocolo geral, e encaminhado ao contratante que será responsável pela instrução do processo a fim de possibilitar a liquidação da despesa.

7.3.4. Deverá constar na requisição de pagamento declaração do contratado informando que mantêm, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou procedimento de contratação direta.

7.3.5. O contratante remeterá o processo à Assessoria de Controle de Conformidade Processual para análise, instruído com as informações ou documentos constantes dos incisos abaixo, que, caso não haja restrições, encaminhará ao Setor correspondente para sua liquidação:

- a. Via original da nota de empenho ou cópia autenticada por servidor plenamente identificado (na qual conste razão social e endereço do requerente compatível com os descritos no documento comprobatório da realização da despesa), cujos campos estejam corretamente preenchidos e devidamente assinados pelos responsáveis legais;
- b. Cópia do contrato, termo de referência/projeto básico, memória de cálculo, cronograma físico financeiro, ato de adjudicação do objeto e homologação da licitação ou autorização e ratificação da dispensa ou inexigibilidade da licitação, Ata de Registro de Preços, publicação do extrato;
- c. Ordem de Serviço e/ou Compra no valor da despesa pleiteada para pagamento;
- d. Correto enquadramento da despesa quanto à função programática e elemento de despesa;



- e. Certidões de regularidade para com a União, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f. Declaração de que mantém as demais condições de habilitação;
- g. Mapa de controle da execução contratual, constando identificação, matrícula e assinatura dos servidores municipais;
- h. Publicação da Portaria de Designação da Comissão Fiscalizadora do Contrato;
- i. Relatório de Fiscalização do Contrato emitido pelos membros da respectiva Comissão de Fiscalização;
- j. Comprovante de encaminhamento do ato firmado entre o Município e o prestador de serviço/fornecedor ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ, nos termos da Deliberação TCE/RJ nº 262/14;
- k. Cópia do comprovante de incorporação do bem permanente adquirido ao patrimônio municipal, quando for o caso, assim como das obras em andamento.

7.4. O Documento comprobatório da realização da despesa (nota fiscal ou documento equivalente na forma original), deverá ser emitido na mesma data ou posteriormente à nota de empenho e que atenda aos seguintes requisitos:

- a. Esteja no prazo;
- b. Contenha, em seu verso, data, assinatura e matrícula dos servidores designados para compor a fiscalização do contrato, plenamente identificados, atestando o recebimento dos bens ou serviços;
- c. Não contenha rasuras, emendas ou borrões;
- d. Contenha especificação dos itens e respectivos preços constantes no documento comprobatório da despesa correspondente àqueles previstos na nota de empenho;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. Critério de julgamento e regime de execução

8.1.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.



8.1.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

8.2. Qualificação Técnica

8.2.1. Será exigido para fins de comprovação de qualificação técnica o registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, quando for o caso.

8.2.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador.

8.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 40.691,40 (quarenta mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima, de acordo com tabela acima.

9.2. Somente ocorrerá o reajustamento do contrato decorrido o prazo mínimo de 12 meses contados do orçamento estimado.

9.3. Os preços serão reajustados de acordo com a variação do IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Fontes de Recursos: 500



10.2.2. Programa de Trabalho: 06.01.08.243.4005.2.126 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

10.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.000;

11. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/CONTRATADO

11.1. Habilitar o sistema de locação e o uso do veículo objeto deste termo em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da assinatura do contrato;

11.2. Disponibilizar o veículo dentro das especificações contidas neste Termo de Referência e conforme as especificações discriminadas em sua proposta, seguros, licenciados, sem pendências tributárias, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental;

11.3. O seguro deverá possuir, no mínimo, proteção total com franquia de acordo com valores praticado pelas seguradoras, nos casos de colisão furto ou incêndio ou perda total; e proteção total contra terceiros para danos materiais e pessoais, sem franquia;

11.4. Efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução do veículo locado e solicitar o reembolso dos valores junto à CONTRATANTE, nas condições estabelecidas no subitem 5.25;

11.5. Responsabilizar-se por todas as despesas dos veículos utilizados na execução dos serviços, tais como licenciamento, seguro total, manutenção e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, inclusive acidente, para o que os veículos deverão estar seguros;

11.6. Arcar com todas as despesas com multas, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e pagamento de salários dos prestadores de serviços, alimentação e horas extras dos seus subordinados, assim como outras que possam surgir;

11.7. Cientificar imediatamente e por escrito a Contratante sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto contratual;

11.8. Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes das legislações trabalhistas, fiscais, tributárias, comerciais e previdenciárias, resultantes da prestação de serviços;



- 11.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante;
- 11.10. Regularizar, quando notificada pela Contratante, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das especificações;
- 11.11. Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- 11.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 11.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 11.14. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 11.15. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à CONTRATANTE o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;
- 11.16. Emitir fatura no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento;
- 11.17. Recolher o bem que apresentar defeito sistemático de fabricação cobertos pela garantia técnica;
- 11.18. Realizar regularmente as revisões, manutenções preventivas e corretivas do veículo locado, de acordo com as recomendações dos fabricantes, assumindo os custos de sua execução;
- 11.19. Em caso de imobilização do veículo por acidente, legalização, manutenção ou outro motivo devidamente justificado, a Contratada deverá disponibilizar veículo reserva, nas mesmas características do principal, no prazo de 30 (trinta) dias, estando a devolução deste condicionada à disponibilização do principal;
- 11.20. Responder às ações e/ou reclamações arguidas por terceiros contra o órgão gerenciador e deverá arcar com os ônus decorrentes por prejuízos, desde que graves e comprovados, ou originados diretamente de causas imputadas aos condutores dos veículos locados, excluídas as



ações decorrentes de danos indiretos e lucros cessantes, às quais, comprovadamente, não tiver dado causa;

11.21. Observar as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes;

11.22. 8.23. Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos, quando couber.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Disponibilizar todos os meios necessários para a fiel execução do contrato.

12.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no contrato e de acordo com o Procedimento específico.

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

12.4. Comunicar imediatamente a Contratada quaisquer irregularidades e/ou vícios na prestação do objeto licitado para que seja providenciada a regularização imediatamente após o recebimento da comunicação.

12.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Magé/Rio de Janeiro, 30/09/2025.